

BANCO MERCANTIL

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Dezembro de 2024



Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras consolidadas no padrão internacional de contabilidade do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Mercantil")

CONJUNTURA ECONÔMICA

Na conjuntura global, as economias indiana e chinesa mantiveram a liderança no ranking do crescimento mundial. Na economia americana, estimativas recentes indicam crescimento do PIB da ordem de 2,7% em 2024. As economias Japonesa e da área do euro continuaram com desempenho moderado. A inflação na economia americana e na área do euro continuou cedendo e as expectativas são de ajustes graduais na taxa de juros ao longo de 2025. Quanto às perspectivas, projeções recentes apontam para crescimento do PIB global da ordem de 2,8% em 2025.

No Brasil, a atividade econômica acelerou gradativamente no decorrer de 2024. O PIB alcançou expansão anual da ordem de 3,5%, superior aos 3,2% do ano anterior, destacando-se a robusta expansão do comércio varejista ampliado de 4,4% até novembro.

Os principais vetores de aceleração da atividade econômica foram o favorável crescimento da massa salarial, o crédito em expansão e em prazos dilatados e transferências governamentais. Vale mencionar, também, a importante contribuição do comércio internacional, que exibiu crescimento persistente.

Contudo, em decorrência da intensificação de pressões inflacionárias, o IPCA acumulado em doze meses passou de 4,62% em 2023 para 4,83% em 2024, não obstante a política monetária restritiva no período. De fato, a taxa de juros Selic, que passou por ciclo de baixa, saindo de 11,75% ao ano em dezembro de 2023 para 10,50% ao ano em agosto de 2024, foi elevada gradativamente e alcançou 12,25% ao ano em dezembro de 2024, com perspectivas de novas altas.

Quanto às perspectivas para 2025, as expectativas são de que a elevação gradual da taxa de juros Selic em curso para combater pressões inflacionárias vigentes resultará em cenário econômico ainda mais desafiador, com a consequente elevação do custo do dinheiro e desaquecimento da atividade econômica.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 10,9%, com destaque para evolução do segmento de pessoas físicas (12,1%). As provisões para risco de crédito continuaram em queda, passando de 6,1% em dezembro de 2023 para 5,7% em dezembro de 2024.

SOBRE O MERCANTIL

O Mercantil é um tradicional banco de varejo de porte médio, com mais de 80 anos de atuação no mercado financeiro nacional. Está estrategicamente segmentado e posicionado geograficamente, com 294 pontos de atendimento presencial e 3.096 colaboradores, para atingir seus objetivos e oferecer aos clientes atendimento eficiente, próximo, simples e ágil. Cada dia mais consolidado como o Banco dos 50+, o Mercantil vem crescendo de forma contínua e sustentável.

A Instituição está implementando expansão de sua rede física, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento presencial e aproveitamento do potencial de negócios, em conformidade com seu Planejamento Estratégico e Mercadológico. Tudo isso combinado com a otimização de custos operacionais, o que traz mais sustentabilidade ao negócio.

A notável jornada de crescimento do Mercantil é percebida pela destacada expansão de sua base de clientes, evolução de seus ativos de crédito com qualidade, *funding* pulverizado, geração de lucros, e também pelas qualificadas entregas que vem realizando nos últimos anos, como o avanço na tecnologia, que está cada vez mais adaptada para o seu público foco: os 50+. Esta, inclusive, foi a mensagem principal da última campanha de comunicação institucional, veiculada nas mídias durante todo o ano de 2024 – “a nossa tecnologia se adapta a você”.

Assim, o Mercantil coloca o cliente no centro da estratégia e direciona os esforços para evoluir seus processos e para promover o melhor atendimento possível através de seus canais, com simplicidade, facilidade, comodidade e segurança. O propósito é otimizar a jornada do cliente e encantá-lo constantemente.

Além dos destacados avanços alcançados na oferta de operações de crédito por meio digital, o Banco quer ofertar também serviços que complementem a jornada do cliente, trazendo soluções práticas e acessíveis para o dia a dia. Essa escalada ganha força com a criação do Meu+, o conjunto de assistências que melhora a qualidade de vida do público 50+, em diversas áreas. Assim, o Mercantil inicia uma nova jornada com o seu *marketplace* a partir de 2025, entregando um pool de serviços para seu cliente e, em um futuro próximo, para o público em geral.

Essa frente reitera o acerto da estratégia e a eficácia da atuação da Instituição, mostrando que o Mercantil nunca deixou de investigar outras possibilidades de acesso a novos segmentos de clientes, com o objetivo de impulsionar o seu crescimento. Dessa forma, o Banco evidencia o propósito de ser o melhor ecossistema para o público 50+ e agora está pronto para ir além do universo financeiro.

Em dezembro de 2024, o Banco alcançou a expressiva marca de 9,0 milhões de clientes, em sua grande maioria beneficiários do INSS que têm acesso às linhas de crédito e opções de investimento. Segue ocupando, portanto, a 5ª posição no ranking de maiores pagadores de benefícios do INSS, ao lado dos gigantes do mercado.

Nesse contexto, o Banco encerrou o exercício de 2024 comemorando novamente expressiva evolução da carteira de crédito (22,3%), significativo aumento da receita de prestação de serviços (29,3%) e lucro líquido anual de R\$ 506,6 milhões, representando crescimento de 27,9% sobre o resultado do exercício anterior. Mais um notável recorde.

O destacado nível de gestão empresarial é resultado do elevado domínio que os Gestores possuem sobre o negócio e de um time focado e obstinado na obtenção de resultados crescentes e sustentáveis, propiciando um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de superar com sucesso cenários desafiadores.

Com entusiasmo e disposição, passo a passo, novos desafios são superados e novas soluções são mapeadas e desenvolvidas, encorpando o negócio e levando o Banco a um novo patamar. Assim, o Mercantil segue incansável em realizar cada vez mais.

• Canais de Atendimento

No Mercantil, a tecnologia adapta-se à necessidade e conveniência de seus clientes e estratégias de negócios. Neste sentido, o Banco vem incorporando os mais recentes avanços da era digital através de investimentos em inovações tecnológicas que garantem a atualização contínua de toda a sua estrutura de atendimento, novas formas de prospecção de clientes e realização de negócios.

Aplicativo Mercantil - O *App* Mercantil dispõe de amplas opções de produtos e serviços e responde por 57% de todas as transações realizadas. Mais de 2,6 milhões de clientes já aderiram ao canal digital, com mais de 467 milhões de transações em 2024. De todos os produtos contratados pelos clientes no Banco, 31% foram pelo aplicativo.

As contratações de empréstimo através desse aplicativo cresceram 184% em comparação com o exercício de 2023.

Em 2024, foram muitas as novidades no *App* Mercantil, com melhoras significativas de usabilidade para o público 50+. Agora o cliente consegue entrar pelo seu CPF, retirando a necessidade de sempre lembrar a agência e conta, a área de investimentos foi totalmente repaginada, deixando a experiência mais fluida e fácil e agora também mostramos aos nossos clientes beneficiários a data e o valor do pagamento do seu benefício, tudo facilmente explorado dentro da tela principal do *App*.

O PIX também recebeu novidades, como o PIX agendado recorrente e a possibilidade do cliente, diretamente pelo *App*, reportar qualquer transação que não tenha sido feita por ele, bloqueando o valor diretamente no banco receptor em caso de fraude.

Na esfera de produtos e serviços, houve adição de novos seguros dentro do *App* e a abertura do canal para contratação de produtos 24 horas por dia, 7 dias por semana, e diversas melhorias dentro das jornadas de contratação, sempre visando o melhor entendimento do nosso cliente sobre os produtos e serviços ofertados no *App*.

E por último, mas não menos importante, focamos na estrutura do nosso *App*, migrando grande parte das suas funcionalidades para o Google *Cloud*, a fim de aumentar ainda mais a disponibilidade do *App* e a sua velocidade.

Mercantil - Canal WhatsApp - Nos últimos anos, o Mercantil tem alcançado notável sucesso na expansão do número de clientes e geração de negócios através de ações de marketing digital. De fato, o Banco tem utilizado sua presença estratégica e expertise em fechar negócios no WhatsApp para conquistar novos clientes e expandir sua carteira de crédito. Assim, tem sido crescente a realização de diversificados negócios no canal WhatsApp, incluindo a antecipação do saque do FGTS, Empréstimo Consignado do INSS, Crédito Pessoal, Cartão Consignado do INSS e Portabilidade. Todo esse processo é conduzido de ponta a ponta na plataforma WhatsApp, proporcionando uma experiência rápida e conveniente para o público-alvo.

ATMs - O objetivo continua sendo a disponibilidade do canal e o aprimoramento da estrutura tecnológica, trazendo soluções de negócios que potencializam estratégias de abordagem direcionada à prospecção de clientes, bem como garantia da disponibilidade do canal aos clientes. Com diferentes transações realizadas desde o início de 2024, da ordem de 5 milhões/mês, o autoatendimento foi responsável por mais de 12 milhões de transações de saque, mais de 11 milhões de transações entre pagamentos, transferências ou depósitos e mais de 139 mil contratações de produtos. Assim, os ATMs desempenham papel estratégico na consolidação do relacionamento com os clientes e apoio ao crescimento da Instituição.

- **Governança Corporativa Diferenciada (IGC)**

O Banco Mercantil integra o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) da B3, reafirmando seu compromisso com elevados padrões de governança e práticas alinhadas aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

A Instituição está listada no Segmento Especial de Nível 1 de Governança Corporativa da B3, demonstrando sua aderência às melhores práticas do mercado. Entre essas, destacam-se o rigoroso cumprimento das normas de divulgação de informações e a promoção de um ambiente de negócios confiável e transparente para acionistas e demais *stakeholders*.

Nesse contexto, além das divulgações através dos canais de comunicação com o mercado, o Mercantil realiza eventos estruturados para apresentar seus resultados e principais indicadores de desempenho, em conformidade com as normas em vigor. Esses encontros seguem uma agenda previamente divulgada e incluem momentos de diálogo direto entre executivos e investidores, reforçando o compromisso com a *accountability* e a criação de valor no longo prazo.

Além disso, o Banco incorpora em sua governança mecanismos voltados para a gestão eficiente de riscos e a conformidade regulatória.

Esses esforços refletem a estratégia da Instituição de alavancagem de seus negócios e geração de valor de forma sustentável.

Para mais informações, acesse: <https://ri.bancomercantil.com.br/>.

- **Desenvolvimento Sustentável**

O Mercantil tem como pilar fundamental de sua evolução o compromisso com as melhores práticas de sustentabilidade empresarial, atuando com responsabilidade social e ambiental.

O Banco incentiva o desenvolvimento das comunidades onde atua, por meio de investimentos e patrocínios de cunho social. Além disso, apoia a realização de iniciativas aprovadas em mecanismos de incentivos fiscais – leis

municipais e federais, facilitando o desenvolvimento de iniciativas nas áreas da saúde, cultura, do esporte e da cidadania.

No que diz respeito ao meio ambiente, a despeito do baixo impacto ambiental direto decorrente de sua atividade econômica, o Mercantil realiza a gestão de seus resíduos e recursos naturais e energéticos com o objetivo de mitigar os impactos gerados pelas suas atividades, visando a eficiência na gestão dos processos e gastos, como o consumo de água e energia. A rede de atendimento aderiu à modalidade *paperless* e os resíduos são encaminhados para descarte adequado, dentre outras ações ambientais e climáticas importantes para o Banco e para toda a sociedade.

Assim, o Mercantil promove valores importantes para o desenvolvimento humano e que reforcem a atuação de cada um como agente na construção de uma sociedade mais consciente, justa e solidária; ética sempre!

Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Banco Mercantil, poderão ser obtidas no site ri.bancomercantil.com.br/governanca-corporativa/sustentabilidade/.

- **Talentos e Cultura**

O Mercantil reconhece que o capital humano é um dos seus mais importantes pilares para alcançar seus objetivos estratégicos de geração de resultados e de crescimento sustentáveis.

Nesse sentido, o Banco dispõe de robusta estrutura organizacional de Talentos e Cultura focada em alinhar e impulsionar o desenvolvimento de todo o Time, mediante bem estruturados programas de treinamentos que impactam positivamente no desempenho e na competitividade do Mercantil no mercado financeiro.

Neste contexto, o Mercantil tem fomentado cada vez mais uma transformação cultural que inclui a adoção de ferramentas digitais adequadas às suas necessidades e alinhadas às tendências de mercado, abrangendo a modernização dos processos e melhoria contínua das formas de trabalho, garantindo maior agilidade e eficiência em suas operações.

Através de um olhar cuidadoso para o desenvolvimento do Time Mercantil, foram criados programas de desenvolvimento com objetivos específicos, dentre eles o Lidere e o Lidere Comercial.

Esses Programas têm como público alvo as lideranças e visam atender as necessidades de desenvolvimento sobre temas relacionados aos principais objetivos estratégicos, além de estimular a colaboração e o compartilhamento de informações no ambiente corporativo.

Em 2024, foram registradas 244.790 participações em treinamentos, sendo 244.244 participações pela Academia Mercantil e 546 participações nos treinamentos presenciais/online internos, totalizando 214.962 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 69,4 horas de treinamento por funcionário.

Importante mencionar, ainda, o programa de avaliação de desempenho e o Ciclo de Desenvolvimento, onde todos os colaboradores tiveram seus *feedbacks* e metas corporativas acordadas e cadastradas. Destacamos também a elaboração dos PDIs – Plano de Desenvolvimento Individual, onde foram definidas ações de qualificação e desenvolvimento profissional como cursos, *workshops*, *benchmarking*, visitas técnicas, palestras, dentre outras. Os planos serão cumpridos ao longo de 2025, com o objetivo de impactar o alcance das metas e KPIs.

Em 2024, foi novamente conquistado o selo GPTW – *Great People Mental Health*, com o prêmio “Destaque Saúde Emocional”, um *ranking* específico para reconhecer organizações com ações relevantes. O Banco Mercantil foi classificado no “estágio estratégico”, mostrando que o Banco tem um ambiente favorável à saúde mental de seus colaboradores. Firmando a percepção dos nossos colaboradores, em setembro 2024 conquistamos a quarta posição do *ranking* GPTW – Instituições Financeiras, subindo duas posições em relação ao *ranking* do ano anterior.

Tudo isso tem propiciado ao Mercantil um ambiente corporativo inovador, com ingresso definitivo na Era Digital, e alcançar seus objetivos estratégicos de geração de resultados crescentes e sustentáveis.

• Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III

A Estrutura de Gerenciamento de Capital é compatível com o modelo de negócio e ao perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 18,1%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 19 a).

• Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate a à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ativos

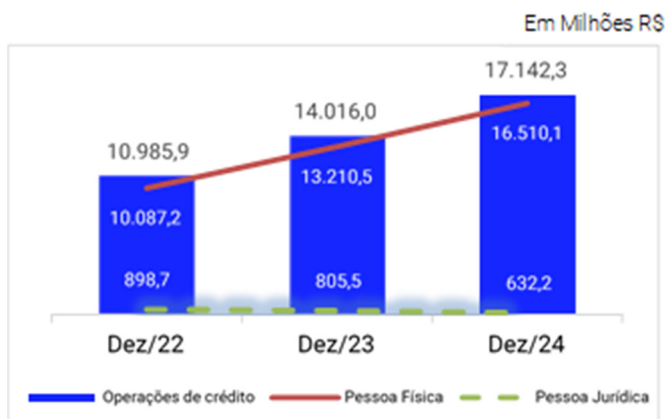
O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 25,5 bilhões (R\$ 19,7 bilhões em dezembro de 2023), expressivo crescimento de 29,5%. Os ativos de maior relevância estão representados por Disponibilidades (R\$ 1,3 bilhão), Ativos Financeiros (R\$ 22,1 bilhões), Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (R\$ 856,8 milhões), Imobilizado de Uso e Bens de Direito de Uso (R\$ 434,3 milhões), Ativos Intangíveis (R\$ 164,6 milhões), dentre outros.

O Caixa e Equivalentes de Caixa somam R\$ 3,9 bilhões (15,3% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por Disponibilidades de R\$ 1,3 bilhão e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no montante de R\$ 2,6 bilhões.

Os Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes somam R\$ 1.752,4 milhões e são compostos, basicamente, por Letras Financeiras do Tesouro (R\$ 1.530,0 milhões), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 81,4 milhões), Cotas de Fundo Imobiliário (R\$ 38,5 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 22,0 milhões), Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios R\$ 19,5 milhões, FIAGRO R\$ 18,6 milhões, dentre outros. Os Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado somam R\$ 814,4 milhões e são compostos por Títulos Externos Soberanos R\$ 574,3 milhões, Nota Comercial R\$ 151,9 milhões e Cédula de Produto Rural R\$ 88,2 milhões.

No Ativo ao Custo Amortizado, destaca-se as operações de crédito e outros créditos que alcançaram R\$ 17,1 bilhões, expressiva expansão anual de 22,3%, apesar do cenário adverso no

período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, há crescente concentração no segmento de pessoas físicas, com expansão anual de R\$ 3,3 bilhões, equivalentes a crescimento de 25,0%. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 4,7%, ante 3,9% em dezembro 2023. Todo esse crescimento foi fruto de estratégia bem-sucedida e trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 5.4



Passivos

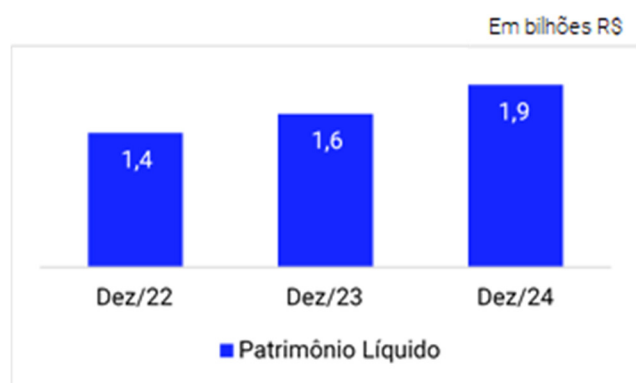
• Captação de Recursos

Os Passivos Financeiros são registrados ao custo amortizado e estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 22,1 bilhões (crescimento de 34,6%), dos quais R\$ 16,6 bilhões são provenientes de depósitos a prazo, crescimento de 31,8%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 12.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 3,2 bilhão. Desse total, R\$ 780,9 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 445,1 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 128,5 milhões como Capital Complementar.

Patrimônio Líquido, Resultado e Dividendos

O Patrimônio Líquido do Mercantil continua sua trajetória de crescimento expressivo e constante, alcançando a marca histórica de R\$ 1.894,6 milhões, ante R\$ 1.612,1 milhões equivale a 17,5% de expansão anual.



Resultados

As Receitas de Juros posicionaram-se em R\$ 5,9 bilhões, crescimento de 25,6%. Estão representadas, notadamente, por Receitas de Operações de Crédito (R\$ 5,3 bilhões), que representa 89,8% das Receitas da Intermediação Financeira.

As Despesas de Juros somam R\$ 2,0 bilhões, evolução de 19,2%, representadas, basicamente, por Despesas com Operações de Captação no Mercado.

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito posicionou-se em R\$ 827,6 milhões.

A Receita Líquida de Juros (líquido das Despesa de Provisão para Perdas Esperadas), posicionou-se em R\$ 3,1 bilhões (evolução de 21,5%).

As Receitas de Prestação de Serviços somam R\$ 670,4 milhões (R\$ 518,3 milhões do ano anterior), expressivo crescimento de 29,3%.

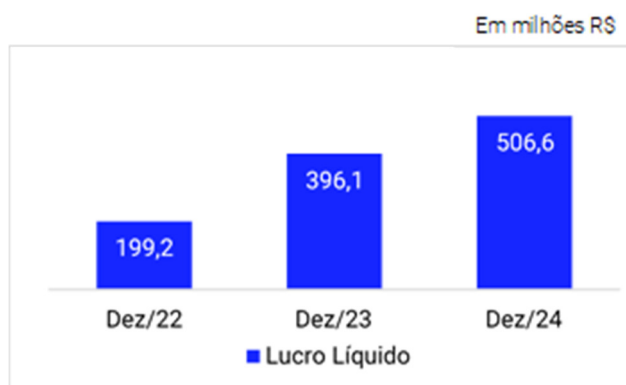


As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 671,6 milhões (R\$ 561,9 milhões de dezembro de 2023), evolução nominal de 19,5% nos períodos sob comparação.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 994,0 bilhão, evolução de 26,8%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 16.3.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido também alcançou novo recorde, posicionando-se em R\$ 506,6 milhões, expressivo crescimento de 27,9% sobre o lucro do exercício anterior.



Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2024, os dividendos aos acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio totalizam R\$ 219,4 milhões, equivalentes a R\$ 186,5 milhões líquidos do imposto de renda. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 15.3.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações e investimentos em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

- Aumento de Capital em Controlada

O Banco acompanhou o aumento de capital social na Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, deliberado em AGE de 05 de novembro de 2024. O investimento realizado foi de R\$ 321 milhões. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil através do ofício datado de 31/12/2024. Informações adicionais poderão ser obtidas no site da Companhia (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (b3.com.br).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente.

O Mercantil e suas empresas controladas informam que foram contratados serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, em 2024, no montante de R\$1.807,6 mil, superiores a 5% dos honorários de auditoria contratados em 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil.

Belo Horizonte, fevereiro de 2025.

Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A. e
suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

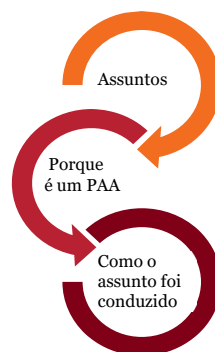
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco Mercantil do Brasil S.A.
e suas controladas

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos - (Notas 2.4(d) e 5.4.3)

A estimativa de perda do valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outras, informações prospectivas e critérios para determinação do risco de crédito.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Atualizamos o entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados à: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.4(e) e 6.2)

O Banco e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro.

Para o registro e manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucros tributários e de realização dos créditos tributários.

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração com as projeções macroeconômicas



Banco Mercantil do Brasil S.A.
e suas controladas

Porque é um PAA

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Esse assunto permanece uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção dos lucros tributários poderia modificar significativamente a estimativa para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos das IFRS relativos ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

divulgadas no mercado, quando aplicável, e o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Provisões para passivos contingentes (Notas 2.4(j) e 13)

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências e testes de aderência as respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Analisamos a probabilidade de perda dos processos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor estimado das causas.



Banco Mercantil do Brasil S.A.
e suas controladas

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos principais controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão



Banco Mercantil do Brasil S.A.
e suas controladas

de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas



Banco Mercantil do Brasil S.A.
e suas controladas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco Mercantil do Brasil S.A.
e suas controladas

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em R\$ Mil

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	1.311.041	1.608.417
Ativos Financeiros		22.216.594	16.294.103
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.752.400	1.019.900
Títulos a valores mobiliários	5.1	1.752.400	1.019.900
Ao valor justo por meio do resultado		-	317.315
Operações de Crédito	5.4	-	317.315
Ao custo amortizado		20.464.194	14.956.888
Depósitos compulsórios no Banco Central		576.988	262.246
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.3	2.674.749	1.308.556
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	814.429	14.210
Operações de Crédito e Outros Créditos	5.4	16.320.200	13.322.810
Outros Ativos Financeiros	5.5	77.828	49.066
Ativos Fiscais		856.765	730.608
Correntes	6.1	228.166	171.245
Diferidos	6.2	628.599	559.363
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	7	51.740	59.665
Outros Ativos	8	425.386	329.777
Investimentos	9	18.676	23.229
Imobilizado	10	434.268	510.646
Imobilizados para Renda	10.1	2.957	3.084
Imobilizado de Uso	10.1	149.719	161.240
Bens de direito de uso	10.2	281.592	346.322
Intangível	11	164.639	115.555
Ativos Intangíveis		164.639	115.555
Total do Ativo		25.479.109	19.672.000
Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros		22.094.738	16.419.138
Ao custo amortizado		22.094.738	16.419.138
Depósitos	12.1	17.659.110	13.897.527
Captações no Mercado Aberto		-	61.788
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.2	3.397.427	1.136.833
Obrigações por Empréstimos e Repasses		100.101	-
Relações Interfinanceiras		98.160	83.589
Relações Interdependências		11.092	17.689
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	5.4.4	44.228	410.656
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	12.3	780.955	807.368
Outros Passivos Financeiros		3.665	3.688
Passivos Fiscais		121.417	151.065
Correntes		113.239	116.492
Diferidos		8.178	34.573
Provisões	13	299.303	259.185
Provisão para Outros Passivos		299.303	259.185
Outros Passivos	14	1.069.062	1.230.463
Patrimônio Líquido		1.894.589	1.612.149
Capital Social	15.1	807.203	702.372
(Ações em Tesouraria)	15.1	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	15.2	43.375	43.375
Reservas de Lucros	15.2	1.004.408	806.696
Outros Resultados Abrangentes		6.839	4.348
Lucros Acumulados		-	19.747
Participação dos não Controladores		36.594	39.441
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		25.479.109	19.672.000

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em R\$ Mil

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Juros		5.913.694	4.707.585
Operações de Crédito	5.4.2	5.313.720	4.471.439
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.3	472.848	311.982
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.2	123.053	(78.552)
Resultado de Operações de Câmbio		105	(25)
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.968	2.741
Despesa de Juros		(1.957.342)	(1.642.468)
Operações de Captação no Mercado	12.4	(1.956.484)	(1.640.972)
Operações de Empréstimos e Repasses		(858)	(1.496)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.4.3	(827.587)	(489.868)
Receita Líquida de Juros		3.128.765	2.575.249
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(2.553.240)	(2.082.361)
Receitas de Prestação de Serviços	16.1	670.424	518.309
Despesas de Pessoal	16.2	(671.652)	(561.935)
Outras Despesas Administrativas	16.3	(994.009)	(783.947)
Despesas Tributárias	16.4	(287.203)	(206.924)
Outras Receitas Operacionais	16.5	105.182	86.406
Outras Despesas Operacionais	16.6	(1.175.079)	(981.585)
Reversões / (Despesas) de Provisões	16.7	(200.903)	(152.685)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		575.525	492.888
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.3	(64.907)	(97.511)
Corrente		(142.816)	(73.315)
Diferido	6.2	77.909	(24.196)
Participação dos não Controladores		(4.001)	750
Lucro Líquido do Período		506.617	396.127
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		4,8488	3,7913
Ações preferenciais		4,8488	3,7913
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		315.927	247.025
Ações preferenciais		190.690	149.102
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		65.155.744	65.155.744
Ações preferenciais		39.327.336	39.327.336

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ Mil

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Período	506.617	396.127
Outros Resultados Abrangentes	2.491	(10.853)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	2.491	(388)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	4.831	(329)
Efeito Fiscal	(2.340)	(59)
Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado	-	(10.465)
(Perdas) Atuariais de Plano de Benefícios Definido	-	(10.465)
Resultado Abrangente Total do Período	509.108	385.274
Lucro Atribuível ao Controlador	505.107	386.024
Lucro Atribuível à Participação dos não Controladores	4.001	(750)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ Mil



	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	(Ações em Tesouraria)	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Ajustado
			Legal	Estatutárias						
SALDOS EM 31/12/2022	597.540	43.375	97.716	522.908	43.257	15.201	(3.830)	1.316.167	46.378	1.362.545
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	(130.000)	-	-	(130.000)	-	(130.000)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos, Deliberados e/ou Provisionado	-	-	-	-	(130.000)	-	-	(130.000)	-	(130.000)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	396.127	(10.853)	-	385.274	(750)	384.524
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	396.127	-	-	396.127	(750)	395.377
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(10.853)	-	(10.853)	-	(10.853)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(329)	-	(329)	-	(329)
(Perdas) Atuariais de Plano de Benefício Definido	-	-	-	-	-	(10.465)	-	(10.465)	-	(10.465)
Efeito Fiscal	-	-	-	-	-	(59)	-	(59)	-	(59)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	104.832	-	21.045	165.027	(289.637)	-	-	1.267	(6.187)	(4.920)
Aumento de Capital - AGE 19/04/2023	104.832	-	-	(104.832)	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	21.045	269.859	(290.904)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1.267	-	-	1.267	(6.187)	(4.920)
SALDOS EM 31/12/2023	702.372	43.375	118.761	687.935	19.747	4.348	(3.830)	1.572.708	39.441	1.612.149
SALDOS EM 31/12/2023	702.372	43.375	118.761	687.935	19.747	4.348	(3.830)	1.572.708	39.441	1.612.149
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	(219.420)	-	-	(219.420)	-	(219.420)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos, Deliberados e/ou Provisionado	-	-	-	-	(219.420)	-	-	(219.420)	-	(219.420)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	506.617	2.491	-	509.108	4.001	513.109
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	506.617	-	-	506.617	4.001	510.618
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	2.491	-	2.491	-	2.491
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	4.831	-	4.831	-	4.831
Efeito Fiscal	-	-	-	-	-	(2.340)	-	(2.340)	-	(2.340)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	104.831	-	37.609	160.103	(306.944)	-	-	(4.401)	(6.848)	(11.249)
Aumento de Capital - RCA 20/03/2024	104.831	-	-	(104.831)	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	37.609	264.934	(302.543)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(4.401)	-	-	(4.401)	(6.848)	(11.249)
SALDOS EM 31/12/2024	807.203	43.375	156.370	848.038	-	6.839	(3.830)	1.857.995	36.594	1.894.589

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ Mil



	31/12/2024	31/12/2023
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	575.525	492.888
Ajustes ao Lucro	1.189.944	777.236
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	(10.403)	-
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	207.951	162.648
Despesas de Provisão para Perdas Esperadas	827.587	489.868
Depreciação e Amortização	154.535	119.204
Perdas com Outros Ativos	7.130	3.649
Resultado na Alienação de Outros Ativos	3.144	1.867
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais	(5.188.418)	(3.820.062)
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(4.895.861)	(3.587.593)
Ativos Fiscais Correntes	(56.921)	(41.126)
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	7.925	(4.350)
Ativos Fiscais Diferidos	8.673	1.286
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(420.813)	(122.091)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	317.315	(116.654)
Outros Ativos	(148.736)	50.466
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais	5.330.522	2.534.966
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	5.675.600	2.914.022
Passivos Fiscais Correntes	102.214	17.782
Provisões	40.118	(11.310)
Passivos Fiscais Diferidos	(28.735)	29.642
Outros Passivos	(458.675)	(415.170)
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações	1.907.573	(14.972)
Impostos Pagos	(248.283)	(92.572)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	1.659.290	(107.544)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	(959.038)	(123.281)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(817.863)	(15.691)
Aquisição de Imobilizado Próprio	(43.217)	(52.701)
Aquisição de Ativo Intangível	(97.958)	(54.889)
Alienação	556.199	83.370
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	511.007	56.523
Alienação de Imobilizado Próprio	30.800	18.264
Alienação de Ativo Intangível	14.392	8.583
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	(402.839)	(39.911)
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de Debêntures	-	1.001.449
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	65.470	223.454
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(183.820)	(80.705)
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	(6.848)	(6.187)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	(125.198)	1.138.011
AUMENTO / (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	1.131.253	990.556
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.793.186	1.802.630
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	10.403	-
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.934.842	2.793.186
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.131.253	990.556

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em R\$ Mil



	31/12/2024	31/12/2023
1 - RECEITAS	4.477.089	3.686.539
Receitas da Intermediação Financeira	5.913.694	4.707.585
Receitas de Prestação de Serviços	670.424	518.309
Despesas de Provisão para Perdas Esperadas	(827.587)	(489.868)
Outras	(1.279.442)	(1.049.487)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.957.342)	(1.642.468)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(839.474)	(664.743)
Materiais, Energia e Outros	(53.298)	(50.176)
Serviços de Terceiros	(340.746)	(267.996)
Outros	(445.430)	(346.571)
Comunicações	(10.013)	(10.960)
Processamento de Dados	(211.497)	(152.635)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(65.754)	(42.178)
Serviços do Sistema Financeiro	(18.033)	(31.674)
Despesas de Seguros	(25.473)	(24.037)
Despesas de Transporte	(49.104)	(43.805)
Outros	(65.556)	(41.282)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	1.680.273	1.379.328
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(154.535)	(119.204)
Depreciações e Amortizações	(154.535)	(119.204)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.525.738	1.260.124
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.525.738	1.260.124
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.525.738	1.260.124
Pessoal	588.519	483.970
Remuneração Direta	455.867	364.624
Benefícios	104.768	94.041
FGTS	27.884	25.305
Impostos, Taxas e Contribuições	426.601	380.777
Federais	391.807	349.616
Estaduais	33	32
Municipais	34.761	31.129
Remuneração de Capitais Próprios	510.618	395.377
Juros sobre o Capital Próprio	219.420	130.000
Lucros Retidos	287.197	266.127
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	4.001	(750)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 294 Pontos de Atendimento. Atua diretamente e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, câmbio, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* atualmente denominadas como normas contábeis IFRS (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation)*.

Em conformidade com a IAS 01, as demonstrações financeiras anuais consolidadas em IFRS incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras em IFRS foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 04/02/2025.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas a seguir:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	% – Participação	
		Dez / 2024	Dez / 2023
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽ⁱ⁾	BMI	92,53	91,57
Mercantil Financeira S.A.-Crédito, Financiamento e Investimento ^{(i) (ii) (vi)}	Financeira	95,31	87,57
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	MBC	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Domo	99,16	98,34
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário ^{(iv) (viii)}	MB FII	100,00	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^(v)	OPEA	100,00	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. ^(viii)	MACS	99,56	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00	100,00
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda. ^{(vii) (viii)}	Altivis	95,00	-
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. ^{(vii) (viii)}	Dente Vitta	95,00	-
Geração Saber Cursos Livres Ltda. ^{(vii) (viii)}	Geração Saber	95,00	-
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. ^{(vii) (viii)}	Maturitec	95,00	-

⁽ⁱ⁾ No primeiro semestre de 2024, o Banco adquiriu 310.000 ações PN e 6.000 ações ON a R\$ 9,95 cada da Mercantil Financeira S.A. e mais 36.005 ações PN a R\$ 15,23 cada e 10.504 ações ON a R\$ 20,01 cada do Banco Mercantil de Investimentos S.A. O investimento do Banco nas Instituições passou a perfazer o montante de 89,32% e 92,53% respectivamente.

⁽ⁱⁱ⁾ Em AGE, de 05 de novembro de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da controlada Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, no montante de R\$ 321,6 milhões, mediante a subscrição privada de 13.901.203 ações ordinárias e 9.083.968 ações preferenciais, nominativas e com valor nominal de R\$ 7,50 cada uma, ao preço de emissão de R\$ 13,990298 por ação. O investimento do Banco na Instituição passou a perfazer o montante de 95,31%.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

^(iv) Fundo de investimento, controlado indiretamente pelo Banco, que passou a ser consolidado a partir de junho de 2023.

^(v) Em novembro de 2023, o Banco adquiriu 100% das cotas subordinadas das Debêntures através da sociedade securitizadora de objeto específico que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.

^(vi) Razão social alterada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2024. Razão social anterior Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos.

^(vii) Empresas controladas pela Marketplace que iniciaram suas operações em outubro de 2024.

^(viii) Controladas Indiretamente.

2.3. Reclassificação de Informações Comparativas

Foram realizadas as seguintes reclassificações no Balanço Patrimonial de dezembro de 2024, referente às despesas associadas a emissão de papéis que passaram a ser demonstradas com o passivo correspondente:

Balanço Patrimonial	Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reclassificado
Outros Valores e Bens	188.792	(18.603)	170.189
Despesas Antecipadas	126.450	(18.603)	107.847
Total do Ativo	19.282.882	(18.603)	19.264.279
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	16.437.741	(18.603)	16.419.138

Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.149.347	(12.514)	1.136.833
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	813.457	(6.089)	807.368
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	19.282.882	(18.603)	19.264.279

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, Intermediação de Negócios (Seguros) e *Marketplace*.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos, quando ocorrem, das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (Reais - R\$), que é a moeda funcional do Banco, à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 6,1923 (Em 31 de dezembro de 2023: US\$ 1,00 = R\$ 4,8407). Os impactos decorrentes da variação cambial são registrados, conforme o caso, nas rubricas de Receitas de Juros e Despesas de Juros.

d) Instrumentos Financeiros

• Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros podem estar classificados nas três categorias seguintes com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** operações que não foram classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste *Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

- **Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, inicialmente, mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos estimados de transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados pelo custo adotando-se o método dos juros efetivos, método pelo qual uma entidade amortiza quaisquer taxas, custos de transação e outros prêmios ou descontos incluídos no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório a IFRS 7 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 19.d.

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

- **Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9). E podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de risco de mercado** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- **Hedge de investimento líquido em operação no exterior** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada desta operação, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte.

- **Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros**

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- **Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios:** as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.
- **Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios:** as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)**

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela IFRS 9. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo. O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível à contraparte.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de Estágios da IFRS 9, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** Aplicação de provisão integral, com base na perda esperada ao longo da vida do ativo, quando houver evidência de deterioração substancial da capacidade de recuperação do crédito. Nesse estágio, a apropriação da receita de juros ocorre sobre o saldo do custo amortizado líquido das provisões para *impairment*.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais:

No Banco, a carteira de crédito foi segregada em dois grupos com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os percentuais de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida normalmente, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa. No Estágio 3, o reconhecimento ocorre de forma ajustada, aplicando-se a taxa de juros sobre o custo amortizado líquido das provisões para perdas.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e seu o valor justo.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Imobilizado

- **Imóveis para Renda**

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco, são registrados método de custo e são depreciados pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo.

- **Imobilizado de Uso**

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- **Imobilizado de Arrendamento**

Os arrendamentos financeiros do imobilizado, são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Também, o Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como um "Ativo de direito de uso" em contrapartida ao "Passivo de arrendamento" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 15.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

m) Plano de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

n) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

p) Novas normas e alterações e interpretações

Não ocorreram no período findo em 31 de dezembro de 2024 normas ou interpretações novas ou revisadas pelo IFRS aplicáveis ao Banco para o exercício, bem como que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.



3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Descrição	Financeiras ^(I)	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ^(II)	Outros ^(III)	Eliminação	BRGAAP	Ajustes	Dez / 2024	Dez / 2023
Disponibilidades	1.304.575	974	3.465	6.736	(4.709)	1.311.041	-	1.311.041	1.608.417
Instrumentos Financeiros	22.999.805	202.940	296.559	1.510.892	(2.374.336)	22.635.860	(419.266)	22.216.594	16.294.103
Ativos fiscais	639.003	786	16.537	5.076	-	661.402	195.363	856.765	730.608
Ativos não financeiros mantidos para venda	51.740	-	-	-	-	51.740	-	51.740	59.665
Outros Ativos	487.824	10.588	2.053	268	(75.347)	425.386	-	425.386	329.777
Investimentos	499.604	14.779	7.089	1.919	(504.715)	18.676	-	18.676	23.229
Imobilizado	144.106	5.537	96	2.937	-	152.676	281.592	434.268	510.646
Intangível	164.538	-	101	-	-	164.639	-	164.639	115.555
Ativo Total	26.291.195	235.604	325.900	1.527.828	(2.959.107)	25.421.420	57.689	25.579.109	19.672.000
Passivos financeiros	23.003.642	-	-	1.002.121	(1.911.025)	22.094.738	-	22.094.738	16.419.138
Passivos fiscais	94.742	5.815	12.146	975	-	113.678	7.738	121.416	151.065
Provisões	296.835	2.292	-	176	-	299.303	-	299.303	259.185
Outros passivos	770.180	30.867	49.404	12.367	(75.348)	787.470	281.592	1.069.062	1.230.463
Patrimônio Líquido	2.125.796	196.630	264.350	512.189	(972.734)	2.126.231	(231.642)	1.894.589	1.612.149
Passivo Total	26.291.195	235.604	325.900	1.527.828	(2.959.107)	25.421.420	57.689	25.579.109	19.672.000



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Descrição	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ⁽ⁱⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Eliminação	BRGAAP	Ajustes	Dez / 2024	Dez / 2023
Receitas de Juros	6.143.441	16.843	18.994	285.574	(467.807)	5.997.045	(83.351)	5.913.694	4.707.585
Despesas de Juros	(2.150.500)	-	-	(123.702)	316.860	(1.957.342)		(1.957.342)	(1.642.468)
(-) Provisão para perdas esperadas	(461.014)	-	-	-	-	(461.014)	(366.573)	(827.587)	(489.868)
Resultado da Intermediação Financeira	3.531.927	16.843	18.994	161.872	(150.947)	3.578.689	(449.924)	3.128.765	2.575.249
Receitas / (Despesas) Operacionais	(2.616.607)	99.342	231.737	(11.689)	(256.022)	(2.553.239)	(1)	(2.553.240)	(2.082.361)
Receita de Prestação de Serviços	264.667	162.210	274.138	20.053	(50.644)	670.424	-	670.424	518.309
Participação em Controladas	254.953	720	345	3	(256.021)	-	-	-	-
Despesas de Pessoal	(632.000)	(30.648)	(1.225)	(7.779)	-	(671.652)	-	(671.652)	(561.935)
Outras Despesas Administrativas	(1.042.722)	(14.750)	(9.944)	(10.382)	50.660	(1.027.138)	33.129	(994.009)	(783.947)
Despesas Tributárias	(235.209)	(19.425)	(29.342)	(3.227)	-	(287.203)	-	(287.203)	(206.924)
Outras Receitas Operacionais	102.061	2.016	958	244	(97)	105.182	-	105.182	86.406
Outras Despesas Operacionais	(1.127.708)	(527)	(3.193)	(10.601)	80	(1.141.949)	(33.130)	(1.175.079)	(981.585)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(200.649)	(254)	-	-	-	(200.903)	-	(200.903)	(152.685)
Resultado Operacional	915.320	116.185	250.731	150.183	(406.969)	1.025.450	(449.925)	575.525	492.888
IR e CS	(160.798)	(38.596)	(68.704)	267	-	(267.831)	202.924	(64.907)	(97.511)
Participações dos não controladores	(2.344)	-	(3.092)	-	(1)	(5.437)	1.436	(4.001)	750
Lucro Líquido	752.178	77.589	178.935	150.450	(406.970)	752.182	(245.565)	506.617	396.127

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia.



4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Disponibilidades	1.311.041	1.608.417
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.623.801	1.184.769
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	2.577.967	1.118.525
Aplicações em depósitos interfinanceiros	45.834	66.244
Total	3.934.842	2.793.186

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 Títulos e valores mobiliários

a) Composição Títulos e Valores Mobiliários

Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.529.881	1.530.017	809.998	810.167
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	81.259	81.379	93.056	93.381
Cotas de Fundo Imobiliário	25.387	38.536	25.547	33.607
Certificado de Recebíveis Imobiliários	22.020	22.020	24.944	24.944
Fundo de investimentos em direitos creditórios	19.495	19.495	8.964	8.964
FIAGRO	18.524	18.562	16.459	16.517
Cotas de Fundo de Participação de Negociação e Membro de Compensação	15.774	15.774	14.209	14.209
Certificado de Depósitos Bancários	13.894	13.894	4.058	4.058
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	10.303	10.303	12.386	12.386
Funcine	1.544	1.544	380	380
Debêntures	485	485	567	567
Cotas de Fundo de Investimento	333	333	302	302
Cotas de Fundo em Participações	58	58	418	418
Total Contábil	1.738.957	1.752.400	1.011.288	1.019.900
Circulante	-	144.031	-	546.045
Não circulante	-	1.608.369	-	473.855

A Perda Esperada dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é calculada mediante aplicação do fator de provisionamento de risco de crédito conforme metodologia de avaliação de risco para ativos ilíquidos conforme Manual de Crédito.

Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Custo atualizado	Valor Justo	Custo Atualizado	Valor Justo
Títulos Externos Soberanos	574.290	574.290	-	-
Nota Comercial	151.952	151.952	14.210	14.210
Cédula de Produto Rural	88.187	88.187	-	-
Total Contábil	814.429	814.429	14.210	14.210
Circulante	-	109.049	-	-
Não circulante	-	705.380	-	14.210

Os Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado são testados por *impairment*.



b) Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

Títulos / Vencimentos	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	73.263	62.298	296.752	204.802	69.315	47.957	998.013	1.752.400
Letras Financeiras do Tesouro	-	11.073	260.918	172.368	63.030	36.621	986.007	1.530.017
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	33.443	14.795	24.384	5.802	2.955	-	81.379
Cotas de Fundo Imobiliário	38.536	-	-	-	-	-	-	38.536
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	1.743	-	3.883	-	4.388	12.006	22.020
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	19.495	-	-	-	-	19.495
FIAGRO	18.562	-	-	-	-	-	-	18.562
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	15.774	-	-	-	-	-	-	15.774
Certificado de Depósitos Bancários	-	13.894	-	-	-	-	-	13.894
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	2.143	-	4.167	-	3.993	-	10.303
FUNCINE	-	-	1.544	-	-	-	-	1.544
Debêntures	-	2	-	-	483	-	-	485
Cotas de Fundos de Investimento	333	-	-	-	-	-	-	333
Cotas de Fundo em Participações	58	-	-	-	-	-	-	58
Ao Custo Amortizado	-	109.049	613.952	48.185	23.119	-	20.124	814.429
Títulos Externos Soberanos	-	-	574.290	-	-	-	-	574.290
Nota Comercial	-	50.053	30.471	28.185	23.119	-	20.124	151.952
Cédula de Produto Rural	-	58.996	9.191	20.000	-	-	-	88.187
Total em 31/12/2024	73.263	171.347	910.704	252.987	92.434	47.957	1.018.137	2.566.829
Total em 31/12/2023	50.844	495.201	7.846	295.087	27.455	80.045	77.632	1.034.110

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo das operações Ao Custo Amortizado é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os Títulos Públicos Federais e os Títulos Privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Títulos Externos Soberanos, Debêntures, Nota Comercial, CDCA – Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio, CPR – Cédula de Produto Rural, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável às operações de crédito, utilizando-se metodologia específica.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado são como segue:

Estágio 1	Dez / 2023	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Transferências	Dez / 2024
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
CRA	476	553	95	(206)	(562)	356
CPR	-	4	-	(12)	-	21
FIDC	45	(20)	-	-	-	38
Cotas de Fundos	58	32	350	(7)	-	375
CRI	29	(3)	55	1	-	98
Ao Custo Amortizado						
Notas Comerciais	72	9	204	(19)	-	266
Total Geral	680	575	704	(243)	(562)	1.154

Estágio 2	Dez / 2023	Entrada por Transferência	Dez / 2024
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
CRA	-	562	562
Total Geral	-	562	562

5.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱ⁾				
Posição passiva Taxa de Juros	4.190.141	5.636.616	4.190.952	5.639.609
Contrato de Futuro – DAP ⁽ⁱⁱ⁾				
Posição passiva – Taxa de Juros	30.635	55.158	30.630	55.195
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱⁱⁱ⁾				
Posição passiva - Moeda estrangeira	3.110	1.315	3.119	1.309
Contrato de Futuro – Mini-Índice ^(iv)				
Posição ativa – Ibovespa	1.362	-	1.363	-
Total	4.225.248	5.693.089	4.226.064	5.696.113

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições prefixadas indexadas ao DI.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações passivas indexadas ao IPCA.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

^(iv) A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	1.517.418	-	2.672.723	4.190.141
Contrato de Futuro – IPCA (DAP)	-	30.635	-	30.635
Contrato de Futuro – Dólar	3.110	-	-	3.110
Contrato de Futuro – Mini-Índice	1.362	-	-	1.362
Total em 31/12/2024	1.521.890	30.635	2.672.723	4.225.248
Total em 31/12/2023	660.739	27.547	5.004.803	5.693.089

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado.

<i>Hedge</i> de risco de mercado	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos ⁽ⁱ⁾	2.004.891	5.531.863	1.993.774	5.629.236
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(1.993.772)	(5.629.236)	(1.993.772)	(5.629.236)

⁽ⁱ⁾ A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 5.4.).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações.

c) Resultado com Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, conforme segue:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – DI	395.816	(272.443)	123.373
Contrato de Futuro – DAP	2.383	(2.132)	251
Contrato de Futuro – Mini-Índice	620	(778)	(158)
Contrato de Futuro – Dólar	2.089	(2.502)	(413)
Total em 31/12/2024	400.908	(277.855)	123.053
Total em 31/12/2023	366.377	(444.929)	(78.552)

d) Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 não havia no Banco acordos de compensação a serem apresentados pelo líquido, uma vez que referidos acordos somente serão compensados em caso de inadimplência da contraparte.

5.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Aplicações no mercado aberto	2.577.967	1.180.313
Posição bancada	2.577.967	1.118.525
Posição financiada	-	61.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	96.782	128.243
Total	2.674.749	1.308.556
Circulante	2.670.830	1.273.944
Não circulante	3.919	34.612

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo "captação no mercado aberto", que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

O Banco possui política de crédito para avaliação e estabelecimento de limites para as operações com ativos e passivos financeiros.

As aplicações em Operações Compromissadas referem-se, basicamente, a aplicações no mercado aberto que estão lastreadas em títulos públicos. Desta forma, o Banco está autorizado a vender referidos títulos, em caso de inadimplemento e, portanto, não se vislumbra um cenário de risco de crédito de contraparte.

As aplicações em Depósitos Interfinanceiros seguem a política de crédito que prevê a análise semestral das contrapartes e utiliza, inclusive, as classificações de *ratings* emitidas por empresas independentes.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	324.473	191.728
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	286.763	171.225
Posição bancada	278.868	158.288
Posição financiada	7.895	12.937
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	37.710	20.503
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	148.375	120.254
Total	472.848	311.982

5.4. Operações de Crédito

Composição	Dez / 2024	Dez / 2023
Operações de crédito ^(I)	16.949.961	13.821.419
Devedores por compra de valores e bens	45.559	48.311
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	146.798	146.285
Subtotal	17.142.318	14.016.015
Ajuste a valor de mercado carteira destinada à negociação	-	39.997
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i> ^(II)	(11.116)	97.373
Ajuste de taxa efetiva	1.496	39.586
Total Operações de Crédito	17.132.698	14.192.971
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(812.498)	(552.846)
Total Geral	16.320.200	13.640.125

⁽ⁱ⁾ Em dezembro de 2023, o Banco mantinha operações classificadas para venda na categoria ao valor Justo por meio do resultado que montava em R\$ 317.315 à taxa do contrato.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado (vide nota nº 5.2.).

5.4.1. Composição das Operações de Crédito

Classificação por produtos	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Total	%	Total	%
Crédito Consignado	10.784.086	62,91	7.735.087	55,19
Crédito Pessoal	2.408.780	14,05	2.105.977	15,03
Empréstimo FGTS	3.043.437	17,75	3.063.802	21,86
Capital de Giro	425.789	2,48	603.246	4,30
Renegociação	147.892	0,86	146.416	1,04
Cheque Especial	104.579	0,61	121.554	0,87
Cartão de Crédito	100.310	0,59	96.656	0,69
Devedores por compra valores e bens	45.559	0,27	48.311	0,34
Crédito Imobiliário	43.045	0,25	45.695	0,33
Crédito Rotativo PJ	28.877	0,17	28.362	0,20
Outros	9.964	0,06	20.909	0,15
Total	17.142.318	100,00	14.016.015	100,00

Classificação por vencimento	Dez / 2024	Dez / 2023
A vencer	16.688.552	13.439.901
Até 1 ano	6.581.950	5.798.278
Acima de 1 ano	10.106.602	7.641.623
Vencidas	453.766	576.114
Até 1 ano	335.356	422.862
Acima de 1 ano	118.410	153.252
Total	17.142.318	14.016.015

Classificação por Setor	Dez / 2024	%	Dez / 2023	%
Pessoa física	16.510.120	96,32	13.210.466	94,26
Pessoa jurídica	632.198	3,68	805.549	5,74
Indústria	181.546	1,06	214.960	1,53
Comércio	26.548	0,15	26.486	0,19
Serviços	424.104	2,47	564.103	4,02
Total	17.142.318	100,00	14.016.015	100,00

5.4.2. Rendas de operações de crédito e cessão de crédito

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Rendas de empréstimos e títulos descontados	5.313.720	4.059.564
Rendas de empréstimos	5.242.029	4.403.870
Recuperação de Créditos Baixados para prejuízo	66.372	5.038
Rendas de financiamentos	4.060	496
Rendas de financiamentos rurais	259	50.160
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	30	11.875
Total	5.313.720	4.471.439

A Receita de Juros é apropriada enquanto houver expectativa de que as operações ainda possam ser consideradas realizáveis (Estágios 1 e 2).

5.4.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*Impairment*)

A seguir a composição da perda esperada segregada por estágios:

Estágio 1	Dez / 2023	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 2	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Dez / 2024
Pessoa Física	95.805	6.531	(7.134)	(248.564)	255.452	102.090
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	45.223	5.178	(3.591)	(52.164)	60.325	54.971
Crédito Consignado INSS	34.652	199	(1.481)	(194.672)	186.108	24.806
Crédito Consignado Público	8.001	86	(313)	(117)	(1.274)	6.383
Cartão de Crédito Consignado	1.572	97	(29)	(1.107)	1.878	2.411
Conta Garantida	9	-	-	-	18	27
Rotativo PF	3.286	458	(692)	(139)	957	3.870
Cartão de Crédito	1.215	80	(105)	(63)	427	1.554
Crédito Pessoal	390	45	(74)	-	383	744
Outros	1.457	388	(849)	(302)	6.630	7.324
Pessoa Jurídica	4.583	30	(1.171)	(1.877)	9.061	10.626
Capital de Giro	3.272	-	(839)	(1.784)	5.778	6.427
Conta Garantida	809	-	(308)	(92)	29	438
Cheque Empresa	242	28	(5)	(1)	53	317
Cartão de Crédito	75	2	(19)	-	45	103
Outros	185	-	-	-	3.156	3.341
Total	100.388	6.561	(8.305)	(250.441)	264.513	112.716



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Estágio 2	Dez / 2023	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	Dez / 2024
Pessoa Física	31.512	33.018	(6.166)	(86.562)	190.826	162.628
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	20.545	20.377	(5.059)	(56.189)	127.839	107.513
Crédito consignado INSS	3.334	7.443	(104)	(22.978)	19.758	7.453
Crédito Consignado Público	998	337	(84)	(1.092)	1.158	1.317
Cartão de crédito consignado	4	29	(92)	(1.048)	1.757	650
Rotativo PF	5.863	692	(458)	(4.042)	2.658	4.713
Cartão de Crédito	268	145	(78)	(105)	553	783
Crédito Pessoal	178	74	(45)	(146)	354	415
Outros	322	3.921	(246)	(962)	36.749	39.784
Pessoa Jurídica	172	1.172	(30)	(85)	(678)	551
Capital de giro	-	839	-	-	(781)	58
Conta garantida	-	308	-	-	(308)	-
Cheque empresa	64	6	(28)	(85)	178	135
Cartão de Crédito	27	19	(2)	-	(22)	22
Outros	81	-	-	-	255	336
Total	31.684	34.190	(6.196)	(86.647)	190.148	163.179



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Estágio 3	Dez / 2023	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 2	Constituição / (Reversão) / Baixa	Dez / 2024
Pessoa Física	353.586	239.366	(365)	(25.885)	(190.598)	376.104
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	162.381	130.644	(119)	(16.786)	(151.989)	124.131
Crédito Consignado INSS	131.034	95.588	(95)	(5.962)	(44.708)	175.857
Crédito Consignado Público	12.038	1.210	(2)	(24)	7.107	20.329
Cartão de Crédito Consignado	7.773	2.393	(5)	-	2.672	12.833
Rotativo PF	20.007	4.181	-	-	(17.237)	6.951
Cartão de Crédito	1.566	181	(2)	(40)	(739)	966
Crédito Pessoal	737	148	-	-	(6.510)	(5.625)
Renegociação	12.172	1.960	-	-	(5.016)	9.116
Outros	5.878	3.061	(142)	(3.073)	25.822	31.546
Pessoa Jurídica	67.188	97.722	-	(1)	(4.410)	160.499
Capital de Giro	19.243	1.785	-	-	36.521	57.549
Conta Garantida	13	92	-	-	(137)	(32)
Cheque Empresa	1.048	86	-	(1)	(1.134)	(1)
Cartão de Crédito	170	-	-	-	(147)	23
Renegociação	177	95.759	-	-	(95.180)	756
Outros	46.537	-	-	-	55.667	102.204
Total	420.774	337.088	(365)	(25.886)	(195.008)	536.603

Total Geral	Dez / 2023	Constituição / (Reversão) / Baixa	Dez / 2024
Pessoa Física	480.903	159.919	640.822
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	228.149	58.466	286.615
Crédito Consignado INSS	169.020	39.096	208.116
Crédito Consignado Público	21.037	6.992	28.029
Cartão de Crédito Consignado	9.349	6.546	15.895
Conta Garantida	9	17	26
Rotativo PF	29.156	(13.622)	15.534
Cartão de Crédito	3.049	254	3.303
Crédito Pessoal	1.305	(5.771)	(4.466)
Renegociação	12.172	(3.056)	9.116
Outros	7.657	70.997	78.654
Pessoa Jurídica	71.943	99.733	171.676
Capital de Giro	22.515	41.519	64.034
Conta Garantida	822	(416)	406
Cheque Empresa	1.354	(903)	451
Cartão de Crédito	272	(124)	148
Renegociação	177	579	756
Outros	46.803	59.078	105.881
Total	552.846	259.652	812.498

O efeito no resultado decorrente da movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito foi de R\$ 827.587 em dezembro de 2024 (R\$ 489.868 em dezembro de 2023).

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no Consolidado, corresponde a R\$ 1.419 (R\$ 1.766 em dezembro de 2023).

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.4.d):

<i>Impairment por grupo de avaliação da evidência objetiva de perda</i>			
Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023	
Créditos avaliados individualmente	215.129	99.451	
Créditos avaliados coletivamente	597.369	453.395	
Total	812.498	552.846	

5.4.4. Cessões de Crédito

a) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Em 2024 o Banco realizou operações de cessão de créditos classificadas na categoria de “sem retenção substancial dos riscos e benefícios”, ou seja, não houve qualquer tipo de coobrigação nas cessões de crédito.

O valor das operações cedidas e o resultado destas operações, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Descrição	Dez / 2023		
	Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Consignado INSS	81.919	70.044	11.875

b) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

O Banco dispõe de operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito.

O valor das operações cedidas com retenção de riscos e as obrigações assumidas correspondentes são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Operações de Créditos Cedidas	41.719	379.290
Obrigações Assumidas	44.228	410.656

5.5. Outros Ativos Financeiros

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Títulos e créditos a receber ⁽ⁱ⁾	74.030	44.105
Negociação e Intermediação de Valores	2.921	4.947
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	877	14
Total	77.828	49.066
Circulante	4.654	11.971
Não circulante	73.174	37.095

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber.

6. ATIVOS FISCAIS

6.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱ⁾	109.444	107.631
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	22.206	5.360
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8.538	8.538
Impostos e contribuições retidos na fonte	8.505	5.593
Antecipação IRPJ/CSLL	77.405	41.735
Outros	2.068	2.388
Total	228.166	171.245
Circulante	177.743	50.688
Não circulante	50.423	120.557

⁽ⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial transitada em julgado em 2010, em que restou reconhecido que sua incidência deveria ocorrer apenas sobre uma base de cálculo reduzida, e não sobre a totalidade das receitas auferidas, além de reaver valores pagos a maior, decorrente dessa diferença. A avaliação de risco por consultores jurídicos externos é remota, sendo que o julgamento do Tema 372 (RE609.096) não altera nosso prognóstico, exceto para o processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800 que passou de remoto para possível. Ressalte-se que o Banco Mercantil possui três decisões judiciais favoráveis em primeira instância que reconhecem a coisa julgada em seu favor. Em 5 de novembro de 2024 foi publicada decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) referente ao processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800 que deu provimento à remessa necessária e à apelação da Fazenda Nacional, revertendo uma das sentenças favoráveis. Foram opostos Embargos de Declaração em face da decisão e em 17 de dezembro de 2024 o TRF-6 atribuiu efeito suspensivo para impedir os efeitos do Acórdão (vide nota explicativa nº 13.c).

6.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2024
Diferenças temporárias	478.959	849.079	(725.766)	602.272
Provisão para perda esperada	315.426	420.737	(337.759)	398.404
Provisão para Contingências	100.943	184.253	(169.080)	116.116
MTM	-	13.914	-	13.914
Outras diferenças temporárias	62.590	230.175	(218.927)	73.838
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	71.395	-	(45.271)	26.124
MP 2.158/2001*	9.009	95	(8.901)	203
Total	559.363	849.174	(779.938)	628.599

*A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

b) Realização dos créditos tributários:

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes:

Ano	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	MP 2.158-35/01	Total	
				Dez / 2024	Dez / 2023
2024	-	-	-	-	345.776
2025	247.560	26.124	103	273.787	68.296
2026	58.324	-	-	58.324	2.431
2027	54.524	-	-	54.524	1.023
2028	54.233	-	-	54.233	140.537
2029	107.711	-	100	107.811	1.300
2030 a 2032	79.920	-	-	79.920	-
Total	602.272	26.124	203	628.599	559.363
Valor Presente	435.204	21.370	-	456.574	420.522

c) Créditos tributários não ativados

O saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários montam em R\$ 2.439 da Controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A e R\$ 196 da Controlada Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.

6.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Resultado antes dos impostos	575.525	492.888
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽ⁱ⁾	(222.089)	(192.784)
Ajustes no cálculo dos tributos	-	-
Juros sobre o capital próprio	98.739	59.750
Outros valores	58.443	35.523
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(64.907)	(97.511)

⁽ⁱ⁾ Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social

é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 15% para as demais instituições financeiras e 9% para as empresas comerciais que compõem o Consolidado.

7. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Custo	Provisão	Dez / 2024	Dez / 2023
Imóveis	71.776	(20.036)	51.740	59.665
Veículos	2	(2)	-	-
Total	71.778	(20.038)	51.740	59.665

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Imóveis
Saldo em 31/12/2023	59.665
Adições	2.080
Baixas	(12.575)
Provisão	2.570
Saldo em 31/12/2024	51.740

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado usando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

8. OUTROS ATIVOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Despesas antecipadas (nota nº 8.1.)	179.333	107.847
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 13. b))	157.258	152.601
Cartão de crédito ⁽ⁱ⁾	42.547	35.121
Adiantamentos e antecipações salariais	1.449	1.209
Valores a receber	2.240	4.501
Pagamentos a ressarcir	1.951	1.786
Outros	40.608	26.712
Total	425.386	329.777
Circulante	173.516	101.609
Não circulante	251.870	228.168

⁽ⁱ⁾ Refere-se aos valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

8.1. Despesas antecipadas

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Propaganda e publicidade ⁽ⁱ⁾	90.139	73.229
Serviços do sistema Financeiro	50.270	1.665
Custo seguro garantia – fiança ⁽ⁱⁱ⁾	20.538	20.654
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	18.385	12.299
Total	179.333	107.847
Circulante	86.420	33.936
Não circulante	92.913	73.911

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos recursos aplicados na aceleração de negócios através de meios digitais na originação de operações de crédito.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

9. INVESTIMENTOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
CIP S.A. ^(I)	11.247	11.247
Gyramais Tecnologia S.A. ^(II)	1.940	6.500
CERTA-Central de Registros Títulos e Ativos S.A.	5.039	5.038
Outros	450	444
Total	18.676	23.229

^(I) Nome fantasia: Nuclea.

^(II) Impairment do investimento no montante de R\$ 4.560.

10. IMOBILIZADO

10.1. Imobilizado Próprio

Composição	Taxa	Custo	Depreciação	Dez / 2024	Dez / 2023
Imobilizado para Renda	-	2.984	(27)	2.957	3.084
Terrenos ^(I)	-	2.937	-	2.937	2.986
Edificações	4%	47	(27)	20	98
Imobilizado de uso	-	403.437	(253.718)	149.719	161.240
Equipamentos de processamento de dados	20%	209.219	(153.964)	55.255	67.283
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	103.351	(40.102)	63.249	58.870
Móveis e equipamentos	10%	90.360	(59.652)	30.708	33.322
Material em estoque	-	507	-	507	1.765
Total		406.421	(253.745)	152.676	164.324

^(I) O valor justo do bem monta a R\$ 45.150 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

Movimentação	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Imobilizado para renda	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2023	67.283	58.870	33.322	3.084	1.765	164.324
(+) Adições	12.033	24.795	5.556	-	833	43.217
(+/-) Transferência	1.097	-	6	-	(1.103)	-
(-) Baixas	(3.629)	(18.527)	(7.325)	(331)	(988)	(30.800)
(-) Depreciação no período	(24.986)	(12.883)	(6.629)	(11)	-	(44.509)
(-) Baixas de depreciação	3.457	10.994	5.778	215	-	20.444
Saldo em 31/12/2024	55.255	63.249	30.708	2.957	507	152.676

10.2. Imobilizado de arrendamento

Composição	Custo	Depreciação ^(I)	Dez / 2024	Dez / 2023
Bens de direito de uso	1.135.902	(854.310)	281.592	346.322
Equipamentos de processamento de dados	56.575	(56.575)	-	-
Total	1.192.477	(910.885)	281.592	346.322

^(I) A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.



Movimentação	Bens de direito de uso
Saldo em 31/12/2023	346.322
(+) Adições	43.354
(-) Baixas	(46.164)
(-) Depreciação no período	(61.920)
Saldo em 31/12/2024	281.592

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

Total de pagamentos mínimos futuros	Dez / 2024	Dez / 2023
Circulante - Menos de 1 ano	93.713	95.750
Não circulante - De 1 a 5 anos	228.953	279.761
Total do passivo de arrendamento	322.666	375.511
(-) Juros futuros	(41.074)	(29.189)
Passivo de arrendamento a valor presente (Vide nota nº14.)	281.592	346.322

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Despesa com juros	33.130	12.650
Despesa com depreciação	61.921	22.154
Resultado líquido	95.051	34.804

11. INTANGÍVEL

a) Composição do Intangível

Composição	Taxa	Custo	Amortização	Dez / 2024	Dez / 2023
Sistemas de processamento de dados	20%	290.951	(167.061)	123.989	91.538
Licenças e direitos de uso ⁽¹⁾	-	63.955	(24.867)	39.088	21.504
Sistemas de segurança	20%	9.534	(8.169)	1.365	2.316
Outros intangíveis	20%	203	(6)	197	197
Total		364.643	(200.103)	164.639	115.555

⁽¹⁾ Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível

Movimentação	Sistemas de processamento de dados	Licenças e direitos de uso	Sistemas de segurança	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	91.538	21.504	2.316	197	115.555
(+) Adições	63.371	34.587	-	-	97.958
(+/-) Transferência	(300)	300	-	-	-
(-) Baixas	(1.086)	(12.324)	(982)	-	(14.392)
(-) Amortização no período	(29.997)	(17.303)	(806)	-	(48.106)
(+) Baixas de amortização	463	12.324	837	-	13.624
Saldo em 31/12/2024	123.989	39.088	1.365	197	164.639

12. PASSIVOS FINANCEIROS - AO CUSTO AMORTIZADO

12.1. Depósitos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2024	Dez / 2023
À Vista	477.246	-	-	-	477.246	625.209
Poupança	123.956	-	-	-	123.956	155.764
Interfinanceiros	155.678	14.128	288.021	33.848	491.675	549.906
A Prazo	2.039.166	1.595.893	2.690.377	10.239.775	16.565.211	12.564.331
Outros	1.022	-	-	-	1.022	2.317
Total	2.797.068	1.610.021	2.978.398	10.273.623	17.659.110	13.897.527

12.2. Recursos de aceites e emissão de títulos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Dez / 2024	Dez / 2023
Letras Financeiras ⁽ⁱ⁾	15.810	-	46.471	2.341.155	2.403.436	117.881
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	990.958	990.958	1.001.449
LCA	3.021	12	-	-	3.033	30.017
Total	18.831	12	46.471	3.332.113	3.397.427	1.149.347

⁽ⁱ⁾ Em março de 2024 foram emitidas 500 mil em Letras Financeiras, lastreadas em Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 500 milhões.

⁽ⁱⁱ⁾ Em novembro de 2023, foram emitidas 1 milhão de Debêntures da primeira série, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 1 bilhão.

12.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Vencimento	Valor da operação	Dez / 2024	Dez / 2023
Letra Financeira Subordinada -Nível II ⁽ⁱ⁾	2024 a 2031	529.014	652.443	734.503
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar ⁽ⁱⁱ⁾	Perpétua	124.418	128.512	72.865
Total Geral			780.955	807.368
Circulante			102.963	115.612
Não circulante			677.992	691.756

⁽ⁱ⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

⁽ⁱⁱ⁾ Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 100% a 150% da taxa CDI.

Do total das Letras Financeiras Subordinadas- Nível II, o montante de R\$ 445.081 (R\$ 469.868 em dezembro de 2023) está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

12.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Depósitos	1.557.216	1.379.194
Despesas de LCA, LCI e LF	214.386	157.357
Despesas de Debêntures	123.702	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	34.909	79.415
Operações compromissadas	4.275	7.681
Outras	21.995	17.325
Total	1.956.484	1.640.972

13. PROVISÕES

A Administração acompanha regularmente o andamento das provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

a) Composição das Provisões

Composição	Dez / 2024	Dez / 2023
Provisões para processos cíveis	123.322	80.821
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	84.583	82.739
Provisões para processos trabalhistas	91.398	95.625
Total – Não circulante	299.303	259.185

⁽¹⁾ Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Movimentação	Cíveis	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2023	80.821	95.625	82.739	259.185
Constituição / (Reversão) - vide nota nº 16.7.	150.087	51.197	(381)	200.903
Atualização monetária- vide nota nº 16.6.	426	5.300	1.322	7.048
Liquidações / Atualização de depósitos	(108.012)	(60.724)	903	(167.833)
Saldos em 31/12/2024	123.322	91.398	84.583	299.303
Depósitos judiciais - vide nota nº 8.	26.105	35.132	96.022	157.258

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 6.458 (R\$ 7.729 em dezembro de 2023). As ações tributárias totalizaram R\$ 7.142 (R\$ 7.130 em dezembro de 2023).

Em 5 de novembro de 2024 foi publicada decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF- 6) que deu provimento à remessa necessária à apelação da Fazenda Nacional no julgamento do processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800. Tal julgamento reverteu uma das sentenças favoráveis que havia reconhecido a coisa julgada do Banco e lhe garantia a não incidência de COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98. Contra tal decisão, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram admitidos pelo TRF-06 em 17 de dezembro de 2024, atribuindo efeito suspensivo para impedir os efeitos do Acórdão. O valor de desembolso estimado pela administração seria de R\$ 326.375.

14. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Cartão de crédito ⁽ⁱ⁾	61.171	64.814
Provisão para despesas administrativas	168.408	259.470
Obrigações por convênios oficiais ⁽ⁱⁱ⁾	226.470	275.723
Sociais e estatutárias	199.569	122.549
Provisão para pagamentos a efetuar	102.242	128.584
Obrigações por aquisição de bens e direitos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	304.327	370.685
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.020	4.490
Outros	855	4.148
Total	1.069.062	1.230.463
Circulante	853.224	930.268
Não circulante	215.838	300.195

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos repasses a enviar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadoria do INSS.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento (vide nota nº10.2.).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações ordinárias	65.155.744	501.699	65.155.744	436.544
Ações preferenciais	39.675.836	305.504	39.675.836	265.828
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	807.203	104.831.580	702.372
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	104.483.080	803.373	104.483.080	698.542

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O Banco Mercantil é controlado por acionistas representados, basicamente, pelas empresas de participação Sapol Ltda, Lance Empreendimentos e Participações Ltda., Sociedade Comercial e Agrícola Santa Luzia Ltda.,

bem como por acionistas pessoas físicas, em sua maioria membros da família Araújo, conforme relacionado no acordo de acionistas.

Aumento de capital

Em Reunião do Conselho de Administração, de 20 de março de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$ 702.372 para R\$ 807.203, sem alteração na quantidade de ações, passando o valor nominal da ação de R\$ 6,70 para R\$ 7,70, mediante incorporação de parte das "Reservas de Lucros Estatutárias – Para Aumento de Capital", no montante de R\$ 104.831.

15.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

15.3. Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido em BRGAAP de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Banco	Dez / 2024	Dez / 2023
Lucro líquido dos exercícios	752.182	420.896
(-) Reserva Legal	(37.609)	(21.045)
Base de Cálculo	714.573	399.851
Juros s/ capital próprio (bruto) deliberados (23/07/24) e pagos (07/08/24)	102.000	130.000
Juros s/ capital próprio (bruto) deliberados (17/12/24) e a pagar (05/02/25)	115.000	-
Juros s/ capital próprio (bruto) complementar deliberados (04/02/25) e a pagar (19/02/25)	2.420	-
Juros s/ capital próprio pagos (bruto) deliberados / provisionados/pagos	219.420	130.000
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(32.913)	(19.500)
Juros s/ capital próprio pagos (líquido) deliberados / provisionados/pagos	186.507	110.500
Percentual dos juros sobre capital próprio sobre a base de cálculo	26,1%	27,6%

15.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Acumulado	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2024	Dez / 2023
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.483.080
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080	104.483.080
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	315.927	190.699	506.617	396.127
Lucro básico por ações	4.8488	4,8488	4,8488	3,7913

O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

16. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

16.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Renda de intermediação de negócios ⁽¹⁾	408.541	236.214
Tarifas bancárias	199.109	206.455
Cartão de crédito – Intercâmbio	37.329	32.811
Serviços de arrecadação	15.607	25.364
Cobrança	3.212	4.164
Administração de fundos de investimentos	2.769	2.161
Outros	3.857	11.140
Total	670.424	518.309

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a Receitas de Serviços de Intermediações de Seguros e assistências gerados através de Controladas.

16.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Proventos	294.447	263.189
Encargos sociais	111.017	103.270
Benefícios	104.769	94.041
Participações no lucro	81.066	44.482
Honorários	80.353	56.953
Total	671.652	561.935

16.3. Despesas administrativas

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Serviços de terceiros	340.746	267.996
Processamento de dados	211.497	152.635
Amortização e depreciação	154.535	119.204
Propaganda, publicidade e publicações	65.754	42.178
Transportes	49.104	43.805
Materiais, manutenção e conservação de bens	37.590	36.348
Seguros	25.473	24.037
Serviços do sistema financeiro	18.033	31.674
Água, energia e gás	15.708	13.828
Comunicações	10.013	10.960
Outras	65.556	41.282
Total	994.009	783.947

16.4. Despesas tributárias

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
COFINS	210.077	149.370
PIS	28.413	24.550
ISSQN	35.898	25.063
Outros tributos	12.815	7.941
Total	287.203	206.924

16.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Recuperação de encargos e despesas	49.637	20.743
Variações monetárias ativas	32.084	15.445
Reversão de provisões	5.136	10.387
Dividendos outras empresas	4.209	7.516
Demais receitas operacionais	14.116	32.315
Total	105.182	86.406

16.6. Outras despesas operacionais

Neste grupo estão representados os demais itens de despesa que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos.

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱ⁾	880.435	698.337
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	43.234	53.643
Variações monetárias passivas	7.048	9.963
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	2.940	4.235
Demais despesas operacionais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	241.422	215.407
Total	1.175.079	981.585

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a despesas de *cashback*.

16.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	Dez/2024	Dez/2023
Provisões fiscais	380	(3.652)
Provisões trabalhistas	(51.197)	(43.229)
Provisões cíveis	(150.087)	(105.804)
Total	(200.903)	(152.685)

16.8. Resultados não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

17.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, conforme segue:

Ativo	Prazo máximo	Dez / 2024	Dez / 2023
Aplicações em DI ⁽ⁱ⁾		411.019	300
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	185.123	300
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	225.896	-
Títulos e Valores Mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾		417.752	262.621
OPEA	20/03/2029	417.752	262.621



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores a Receber de Sociedades Ligadas ^(III)		622	1.966	
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	31/01/2025	62	300	
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/01/2025	123	127	
COSEFI	31/01/2025	24	25	
Domo Digital Tecnologia S.A.	31/01/2025	10	-	
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	31/01/2025	5	5	
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/01/2025	19	1.233	
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	31/01/2025	22	20	
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/01/2025	75	37	
Mercantil Financeira S.A.	31/01/2025	280	216	
SANSA	31/01/2025	2	3	
Dividendos / JCP a Receber		86.485	68.072	
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	2.022	5.391	
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	Sem prazo	24.828	16.113	
COSEFI	Sem prazo	81	92	
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo	175	20	
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Sem prazo	47.764	38.700	
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	11.615	7.776	
^(I) Refere-se as aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;				
^(II) Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.				
^(III) Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.				
(Passivo)		Prazo máximo	Dez / 2024	Dez / 2023
Depósitos ^(I)			(672.289)	(438.214)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-		(1.171)	(542)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-		(202.864)	(139.663)
COSEFI	-		(27.903)	(26.373)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-		(5.900)	(4.616)
MB FII	-		(3.127)	(2.932)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-		(5.177)	(5.037)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-		(120)	(109)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-		(54)	(112)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-		(253.968)	(145.873)
Mercantil Financeira S.A.	-		(1.837)	(6.318)
SANSA	-		(2.384)	(3.014)
Pessoal Chave da Administração	-		(167.784)	(103.625)
Captações no Mercado Aberto			(33.378)	(50.429)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo		(8.457)	(15.603)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	Sem prazo		(3.683)	(4.067)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo		(21.238)	(20.704)
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo		-	(10.055)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão ^(II)			(1.372.530)	(1.194.715)
OPEA	20/03/2029		(1.372.530)	(1.194.715)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas			(495)	(2.587)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/01/2025		(47)	(50)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/01/2025		(29)	(2.118)
Mercantil Financeira S.A.	31/01/2025		(419)	(419)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ^(III)			(3.845)	(13.836)
Pessoal Chave da Administração	-		(3.845)	(13.836)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ^(IV)			(6.456)	(7.491)
Pessoal Chave da Administração	-		(6.456)	(7.491)
Dividendos / JCP a Pagar			(74.292)	(50.314)
Pessoal Chave da Administração	-		(74.292)	(50.314)

^(I) Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

⁽ⁱ⁾ Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco.

^(iv) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco.

Receitas / (Despesas)	Dez / 2024	Dez / 2023
Resultado da Intermediação Financeira ⁽ⁱ⁾	(311.954)	(64.548)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	3.784	2.925
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	(17.000)	(16.255)
COSEFI	(2.753)	(3.155)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(430)	(509)
MB FII	(342)	(687)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	(523)	(599)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	(350)	(383)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	(2.195)	(2.486)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(19.142)	(8.725)
Mercantil Financeira S.A.	20.267	(2.202)
OPEA	(275.734)	(28.537)
SANSA	(245)	(121)
Pessoal Chave da Administração	(17.291)	(3.814)
Receitas de Prestação de Serviços ⁽ⁱⁱ⁾	7.402	8.777
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	961	3.154
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	1.498	1.550
COSEFI	294	310
Domo Digital Tecnologia S.A.	120	74
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	64	450
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	251	294
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	261	278
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	516	-
Mercantil Financeira S.A.	3.407	2.656
SANSA	30	11
Outras Despesas Administrativas	(49.825)	(15.934)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(1.107)	-
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. ^(iv)	(27.820)	(6.872)
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(v)	(20.053)	(8.507)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(vi)	(749)	(457)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(96)	(98)

⁽ⁱ⁾ Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referente ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se aos valores pagos ao Banco Mercantil de Investimentos S.A. referente a pagamentos Serviços de assessoria realizados.

^(iv) Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.

^(v) Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

^(vi) Refere-se aos valores pagos à Mercantil do Brasil Corretora S.A. referente a serviços de custódia.

17.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

18. PLANOS DE BENEFÍCIOS

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 24/04/2024, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 99.320.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 16.2.).

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

19. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil, compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e ao perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentro as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecido como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	Dez / 2024	Dez / 2023
Patrimônio de Referência - PR	2.471.431	1.878.626
Patrimônio de Referência Nível I	2.026.350	1.408.758
Capital Principal – CP	1.897.838	1.335.256
Capital Complementar - CC	128.512	73.502
Patrimônio de Referência Nível II	445.081	469.868
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	13.680.081	11.060.551
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	12.232.346	9.751.330
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	23.723	5.111
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.424.012	1.304.110
Índice de Basileia	18,1	17,0
Capital de Nível I	14,8	12,7
Capital Principal	13,8	12,1

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 24,94% (22,75% em dezembro de 2023).

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos,

baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Banco Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Banco Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Dez / 2024	Dez / 2023
Sudeste	16.474.629	13.592.996
Centro-Oeste	945.357	588.132
Nordeste	419.335	381.394
Norte	21.144	29.190
Sul	21.028	31.556
Total Geral	17.881.493	14.623.268

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Sector de Risco	Dez / 2024	Dez / 2023
Pessoa Física	17.000.294	13.637.340
Pessoa Jurídica	881.199	985.929
Prestação de Serviços	247.877	290.859
Atividades Financeiras, de Seguro e Serviços relacionados	168.277	182.117
Construção Civil	128.145	152.773
Biocombustíveis e Açúcar	71.999	75.014
Transporte de Carga e Logística	48.785	54.744
Comunicação	36.564	35.653
Alimentos	26.857	28.983
Distribuição de Combustíveis	23.779	22.715
Automobilístico	22.664	16.607
Transporte de Passageiros, exceto Aviação Civil	16.158	16.149
Educação	13.582	15.425
Bebidas	9.909	14.030
Materiais de Construção	5.762	7.882
Entretenimento, Esporte e Cultura	5.724	7.574
Café	5.221	6.226
Outros	49.898	59.180
Total Geral	17.881.493	14.623.269

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Prazo Remanescente	Dez / 2024	Dez / 2023
Até 6 meses	2.127.568	1.916.911
Acima de 6 meses até 1 ano	909.955	817.695
Acima de 1 ano até 5 anos	5.487.756	5.127.759
Acima de 5 anos	9.356.214	6.760.903
Total Geral	17.881.493	14.623.268

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	Dez / 2024			Dez / 2023		
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo
Sudeste	572.206	263.818	329.221	281.895	360.563	300.265
Centro-Oeste	31.011	17.627	21.593	8.954	22.875	13.626
Nordeste	14.757	9.601	8.273	6.921	21.905	24.187
Norte	1.067	746	-	798	2.142	2.120
Sul	1.231	697	-	916	2.345	2.768
Total Geral	620.272	292.489	359.087	299.484	409.830	342.966

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	Dez / 2024	Dez / 2023
Atraso menor que 30 dias	133.563	171.834
Atraso entre 31 e 90 dias	83.557	71.366
Atraso entre 91 e 180 dias	58.835	55.657
Atraso entre 181 e 365 dias	21.256	21.774
Atraso maior que 365 dias	2.546	2.850
Total Geral	299.758	323.481

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	Dez / 2024	Dez / 2023
Curso Anormal	106.535	91.859
Total Geral	106.535	91.859

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	Dez / 2024	Dez / 2023
10 Maiores	3,4%	4,0%
100 Maiores	5,0%	6,4%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos - Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

– Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	2.107.005	2.107.005
Títulos e Valores Mobiliários	1.530.017	1.530.017
Letras Financeiras do Tesouro	1.530.017	1.530.017
Depósitos Compulsórios no Banco Central	576.988	576.988
Nível 2	19.102.836	19.115.071
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.674.749	2.674.749
Títulos e Valores Mobiliários	30.059	14.285
Certificado de Depósitos Bancários	13.894	13.894
Cotas de Fundos de Investimento	333	333
Cotas de Fundos de Particip. de Negociação e Membro de Compensação	15.774	15.774
Cotas de Fundos em Participações	58	58

Operações de Crédito e Outros Créditos	16.320.200	16.348.209
Outros Ativos Financeiros	77.828	77.828
Nível 3	1.006.753	1.006.753
Títulos e Valores Mobiliários	1.006.753	1.006.753
Títulos Externos Soberanos	574.290	574.290
Certificado Recebíveis do Agronegócio	81.379	81.379
Nota Comercial	151.952	151.952
Cédula de Produtor Rural	88.187	88.187
Cotas de Fundos Imobiliário	38.536	38.536
Certificado Recebíveis Imobiliários	22.020	22.020
FIDC	19.495	19.495
FIAGRO	18.562	18.562
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	10.303	10.303
Debêntures	485	485
FUNCINE	1.544	1.544
Total em 31/12/2024	22.216.594	22.228.829
Total em 31/12/2023	16.294.103	19.205.268

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	601.202	601.202
Depósitos à Vista	477.246	477.246
Depósitos de Poupança	123.956	123.956
Nível 2	645.155	645.155
Depósitos Interfinanceiros	491.675	491.675
Relações Interfinanceiras	98.160	98.160
Relações Interdependências	11.092	11.092
Obrigações por Operações de Cessão	44.228	44.228
Nível 3	20.848.381	20.855.448
Depósitos a Prazo	16.565.211	16.572.278
Outros Depósitos	1.022	1.022
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.397.427	3.397.427
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	780.955	780.955
Obrigações por Empréstimos e Repasses	100.101	100.101
Outros Passivos Financeiros	3.665	3.665
Total em 31/12/2024	22.094.738	22.101.805
Total em 31/12/2023	16.419.138	16.461.024

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Banco, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 15,56% ao ano.
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2024 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 19,26% ao ano.
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2024 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 23,11% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	(652)	(15.809)	(30.635)
		Derivativo (ponta passiva futuro)	651	15.773	30.570
		Efeito Líquido	(1)	(36)	(65)
		Debêntures	(5)	(121)	(242)
TVM	Renda Fixa	CDCA	(52)	(2.576)	(5.151)
		CRI	(129)	(5.505)	(11.010)
		CRA	(3.135)	(20.345)	(40.690)
	Cota de Fundo	FIDC	5	(131)	(255)
		FIAGRO	134	(3.600)	(7.195)
Total com correlação			(3.183)	(32.314)	(64.608)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(1.751)	(17.773)	(35.534)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e

o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas incluídas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de "A" (maior risco) a "C" (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – O saldo de Avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas monta em R\$ 179.180 (R\$ 108.341 em dezembro de 2023).
- b) Fundos de investimento – a Gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).



BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário

Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Cesar de Castro Bravo

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES VICE-PRESIDENTES

Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues

DIRETORES EXECUTIVOS

Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

DIRETORES

Lucas Lopes Kubiaki
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Rodrigo de Araújo Simões

CONSELHO FISCAL

Ângela Mourão Cançado Juste
Euler Luiz de Oliveira Penido
Sara Araujo Sousa
Taise Christine da Cruz
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Wagner Ricco

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7



BANCO
MERCANTIL